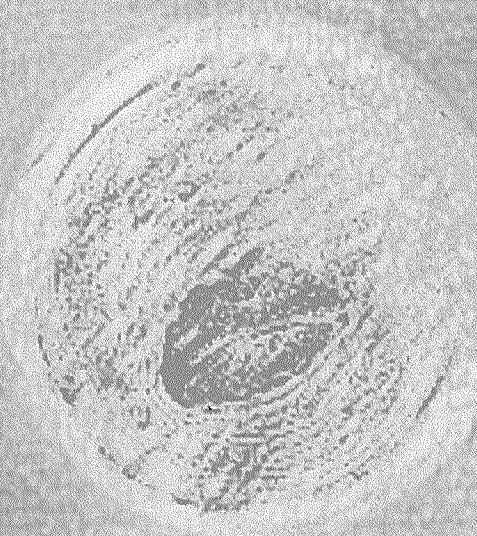


1

JUNHO 1995 • ISSN: 0871-7249
ANO 5 • Nº 25



Foz C6a:

Inscrita na Pedra

Preservaç6o das Gravuras

Hist6ria do Foz C6a

Universidade

Valores Simb6licos

Notas e Coment6rios

Ci6ncia

e Tecnologia do Mar

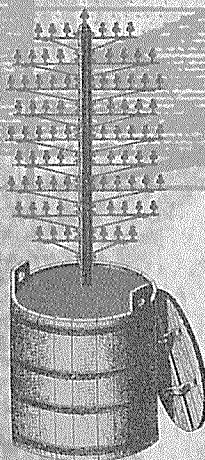
Ant6nio Quadros

MicroScapes

U N I V E R S I D A D E D O P O R T O



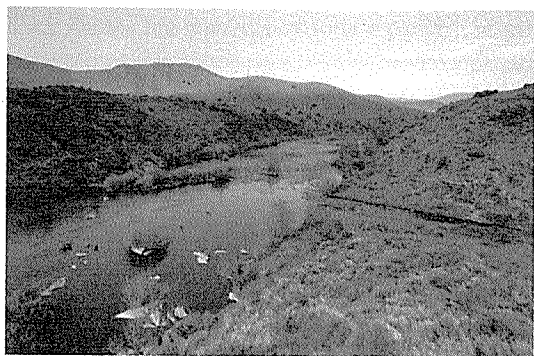
Boletim



Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna

Francisco Ribeiro da Silva

1. As definições do espaço



Rio Côa, próximo do sítio da Penascosa (Castelo Melhor)

O facto de ter sido uma zona de fronteira entre um reino de Portugal que, do outro lado, só tinha o mar, e um Reino de Leão que, a leste, estava sufocado pelo poderoso Reino de Castela (e a sul pelos muçulmanos). Toda a actividade político-militar, toda a organização social, toda a ocupação do espaço se faz de acordo com essa condicionante. Quer Portugal quer Leão investirão fortemente na criação de núcleos de povoamento, que logo dotarão de diplomas 'estruturantes' (no nosso caso, são os chamados *concelhos longos*). A fundação do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar pelos 'monges de D. Afonso Henriques', os cistercienses (se tal origem se comprovar definitivamente), é outro exemplo dessa política. Como os frequentes 'topónimos antropónimos', isto é, nomes de terras com nomes de homens, os cavaleiros que o rei mandou para povoar e organizar a terra (Ciudad Rodrigo, por exemplo). A intensa intervenção da Coroa portuguesa neste território de pertença incerta facilitou que, aproveitando divisões sérias no adversário, D. Dinis o integrasse definitivamente no seu Reino, pelo Tratado de Alcañices, de 1297. Excelente aquisição para o tempo. Hoje, aldeias semi-desertas de velhos, que programas comunitários tentam, com êxito problemático, reanimar. Terras do fim do mundo.

Porto, Abril de 1995

O autor é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da Linha de Investigação em História Medieval do GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).

Ao falarmos de Foz Côa na época moderna, impõe-se antes de mais uma primeira precisão espacial: de que território estamos a falar? É que o topónimo tanto pode designar a vila como o concelho de que ela é cabeça. Mas o concelho, na sua actual extensão de 17 freguesias, não foi criado senão no século XIX.

Na época moderna a Vila (nova) de Foz Côa constituía por si mesma e em si mesma um concelho autónomo, cujo Donatário fora o Conde de Vila Nova de Portimão. Não sabemos quando é que a jurisdição passou de novo para a Coroa, mas seguramente transitara muito antes de 1758, de acordo com o testemunho da *Memória Paroquial*. Não obstante a sua população maior não ultrapassar naquela data as 1413 pessoas, como concelho perfeito que era dispunha de 2 Juizes Ordinários, de 2 Vereadores, de Procurador do Concelho, de Escrivão da Câmara, de 2 Almotacés, de 2 Tabeliães, de Alcaide, de Capitão-Mor, de Sargento-Mor e de dois Capitães de Ordenança com as respectivas Companhias. E nos tempos em que fôra Donataria tivera direito a Ouvidor.

Só por si, esta opulência institucional era sinal da magnificência da terra. Outros indicadores confirmavam e reforçavam tal aparência: a igreja manuelina com seu magnífico portal e colunas sumptuosas, o pelourinho da mesma época, rico de adornos esculpidos no granito, várias capelas de que zelavam em compita os diferentes grupos profissionais, a torre granítica de 15 metros encimada pelo relógio da vila, as duas estalagens do Painho e da Farrapa, as duas grandes feiras anuais que se estendiam pelo Campo da Feira nas datas fixas de 8 de Maio e de 29 de Setembro.

Mas os sinais de decadência (seriam apenas de desleixo?) já se notavam nos meados do século XVIII: as antigas muralhas gravemente danificadas e até parcialmente arruinadas. Por outro lado, comparando o número de fogos apontado por Pinho Leal para 1708 (560) com a cifra do Padre Esteves Pereira na sua *Memória Paroquial* de 1758 (571), a demografia fozcoense praticamente estagnara neste meio século durante o qual, no seu conjunto, o país crescera substancialmente.

Mas, se nos tempos modernos Vila Nova de Foz Côa constituía por si só um concelho, no século passado a sua área municipal foi alargada, espalhando-se por 17 freguesias. Por isso, hoje em dia, o discurso sobre esta terra não se esgota nos limites da vila mas deve integrar a totalidade da circunscrição.

Sendo assim, devemos começar por lembrar que a maior parte das freguesias pertenceram outrora ao concelho de Freixo de

Numão, o qual, em 1758, para além da vila, integrava como anexa a freguesia da Touça e ainda as de Sebadelho, Horta, Custóias, Numão, Seixas, Murça, Mós e Santo Amaro do Vale de Boi. No conjunto, o concelho contava 885 vizinhos (cerca de 3 180 pessoas) e dispunha de Juiz de Fora nomeado pela Coroa (1). Destas freguesias, duas pelo menos haviam outrora sido vilas: Numão e Horta.

A circunstância de possuir Juiz de Fora é um claro indício da importância do concelho. A existência de antigas vilas que o deixaram de ser pode indicar, pelo contrário, alguma decadência.

Integram ainda o concelho de Foz Côa, desde o século XIX, as freguesias de Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Muxagata, Chãs e Santa Comba. As duas últimas pertenceram ao concelho de Marialva. As duas primeiras eram ambas vilas e formavam um concelho autónomo de que em 1758 era Donatário D. José de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor. A sua população era constituída por 343 vizinhos (1110 pessoas de sacramento). Em Almendra existia a Santa Casa da Misericórdia que, embora não possuindo hospital, dispunha de uma capela datada do século XVI, a qual ainda hoje se conserva. Também Cedovim e Muxagata foram concelhos.

No conjunto e em resumo, o concelho de Vila Nova de Foz

Côa é integrado por um punhado de freguesias cuja importância individual terá sido no passado bem mais notória que nos nossos dias, ainda que alguns indícios muito antigos nos permitam suspeitar já de alguma estagnação, senão mesmo de declínio.

2. Principais actividades económicas

De que é que viviam então as gentes de que aqui tratamos?

Sem dúvida da agricultura, da pecuária, da pesca, do trabalho artesanal e do comércio.

A leitura de alguns estudos em que as terras de Foz Côa são objecto preferencial ou parcial (por exemplo, a de D. Joaquim de Azevedo) leva-nos a pensar que as suas gentes eram mais inclinadas ao comércio do que ao aproveitamento adequado da fertilidade natural dos seus solos. Talvez assim tivesse sido em épocas de forte componente judaica no interior da população. Mas não nos parece que essa característica tivesse perdurado durante toda a época moderna, não obstante a importância das feiras próximas de Azinhoso e de Trancoso e mesmo as feiras locais a que acima fizemos referência, a que poderíamos juntar a anual de S. Mateus em Almendra e a semanal (ao sábado) de Freixo de Numão.



Estação C. P. de Foz Côa, Rio Douro

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geographico* (Memoria n.º 187, vol. 16, p. 1131). O factor de multiplicação utilizado no cálculo é 3,6 e resulta da média obtida quando o pároco indicava simultaneamente o número de vizinhos e de pessoas — caso de Freixo de Numão e de Touça. No entanto, a fonte suscita dúvidas, porquanto atribui a Murça 52 vizinhos, quando o pároco de Murça na sua *Memória* não lhe dá mais que 45.

2.1 O peso do «sector primário»

O exame das *Memórias Paroquiais* de 1758 permite-nos afirmar a grande pujança da agricultura, da pecuária, da pesca fluvial e até da caça.

Quanto à agricultura, a abundante produção de cereais em duas folhas é assinalada em vários depoimentos. Trigo, centeio, cevada são colhidos um pouco por toda a parte, em proporção diferente conforme a predisposição das terras. O pároco de Almendra chega ao pormenor de divulgar quantidades: em 1756 produziram-se 40 000 alqueires de cereal, sendo menos favorável a colheita de 1757 devido à esterilidade do ano.

Outra cultura constante em todas as *Memórias* é a do azeite. Não é menos citada a produção de amêndoa. Infelizmente não possuímos estatísticas que nos esclareçam um pouco mais. Será suficiente a verificação de que esses produtos constavam sempre da lista de exportações da cidade do Porto?

O cultivo do arbusto do sumagre é referido na maior parte das *Memórias*. Mas a do abade de Freixo de Numão acrescenta que os sumagres aí produzidos «rendem bom dinheiro». Efectivamente, sendo um produto muito eficiente para o curtimento de peles e para a tinturaria, era muito procurado por sapateiros e surradores não só da região como da cidade do Porto e de outros lugares. Aliás, devemos acrescentar que já nos fins do século XVI, antes da predominância do açúcar e do vinho, o sumagre era o produto mais valioso que os mercadores do Porto exportavam para a Flandres e para a Inglaterra. Nos fins do século XVIII ainda consta de todas as listas das exportações pela barra do Douro, mas cada vez em menores quantidades. É certo que nem todo o sumagre (tal como acontecia com a amêndoa, frutas e azeite) exportado provinha das terras de Vila Nova de Foz Côa, mas pertencia-lhe uma parte substancial.

O vinho aparece citado em quase todas as *Memórias*: mas enquanto o pároco de Horta exalta o «bom vinho» fabricado na sua terra, o de Murça confessa que o seu é «mediano», não sendo líquido no entanto que aqui a mediania tenha mais a ver com a qualidade do que com a quantidade. O de Castelo Melhor declara que na sua freguesia se produz pouco ou nenhum.

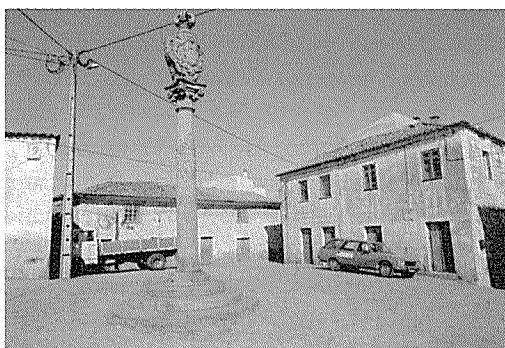
Os géneros hortícolas merecem igualmente referências dos clérigos: ervilhas, ervanços, feijão, cebolas, lentilhas. A omissão de batata significa, por certo, que a cultura do tubérculo não se achava ainda notoriamente desenvolvida.

Quanto a árvores de fruta, a figueira achava-se universalmente divulgada, aparecendo também menção da botelha (casta antiga de pereira). Sabemos por outras vias que frutos diversos se podiam colher, como melões, melancias, laranjas, pêssegos.

A criação de gado empregava muitos braços. As preferências e as condições favoreciam o gado miúdo. Só em Castelo Melhor havia em 1758 mais de 3 000 cabeças de ovelhas, carneiros e



1



2



3

Pelourinhos:

1 Vila Nova de Foz Côa

2 Freixo de Numão

3 Muxagata

cabras. Mas a pecuária não se limitava aos lanígeros: o abade de Vila Nova de Foz Côa lembra a quantidade de vacas e touros pertencentes aos da terra e aos de fora dela, cuja guarda era arrematada anualmente na Praça da vila. E é preciso não esquecer os animais de criação: coelhos, galináceos, porcos.

Sobre a caça, as *Memórias* distinguem entre caça grossa e caça miúda. Pertenciam à primeira os porcos monteses, as corças e os lobos que o pároco de Foz Côa regista, mas já começavam a rarear em 1758. Perdizes, coelhos, lebres eram mais fáceis de topar.

2.2 A importância dos rios

Continuando a falar do sector primário, as *Memórias Paroquiais* evidenciam uma outra nota que não vimos devidamente sublinhada nas monografias, mas que se nos afigura digna de destaque: a importância dos cursos de água para os habitantes.

Em primeiro lugar, pela variedade de rios e ribeiras que sulcam o concelho: o Rio Douro ocupa a primazia, mas outros são referidos, mesmo que secassem no Verão e não corressem exactamente nas freguesias que os citam: para além do Côa, lembra-se o Águeda e a Ribeira de Aguiar (Almendra e Castelo Melhor), Ribeira de Teja e «outra que vem do lugar de Mós» (Murça).

Qual a importância quotidiana dos rios?

A) Forneciam enorme quantidade e variedade de peixes: barbos (alguns «de 8 e 10 arráteis», isto é de 3,5 a 4,5 Kgs.), bogas, enguias, muges, solhas, cachuchos, bordalos, trutas, lampreias e sáveis e outros peixes miúdos. As águas eram livres, pelo que nos rios se implantavam pesqueiras ora de particulares ora do concelho que arrendava a respectiva exploração. Acrescente-se apenas a curiosidade assinalada pelo abade Esteves Pereira, de Foz Côa: o Rio Côa secava em alguns verões, restando com água apenas alguns poços fundos. Então os peixes aí pescados eram prejudiciais à saúde por causa das sezões que provocavam...

B) Proporcionavam força motriz para a instalação de azenhas, moinhos e atafonas, não só para moenda do cereal mas também para trituração do sumagre. Embora as do Rio Douro fossem frequentemente arruinadas pelas cheias, sempre se reconstruíam.

C) O Douro oferecia uma excelente via de comunicação, não só para produtos como para pessoas. O transporte e passagem de pessoas de uma margem para outra do Douro, bem como na Foz do Côa, eram assegurados por barcas que rendiam para o concelho ou para uma ou outra irmandade. O concelho situava-se a montante do cachão de São João da Pesqueira. Percebe-se, por isso, nas *Memórias*, uma grande vontade de ver depressa removido esse obstáculo, de forma a que se garantisse rapidamente a navegabilidade do Douro do Porto à fronteira. O pároco de Almendra acrescenta mesmo que “sendo obra já principiada por hum particular que o Publico devia concluir”.

D) As margens do Douro, embora abruptas em grande parte

do concelho, aqui e além ofereciam óptimos locais de lazer. A *Memória* de Almendra lembra os banhos no rio, óptimos para refrescar...

3. A religiosidade das gentes

As *Memórias Paroquiais* permitem-nos sublinhar uma última nota que reputamos interessante. Trata-se da religiosidade das pessoas manifesta nas múltiplas irmandades e confrarias, bem como num sem número de capelas e ermidas públicas e privadas, espalhadas pelo concelho, algumas das quais gozavam de grande fama taumáturgica. É o caso das capelas de Nossa Senhora da Veiga (Foz Côa), a quem se recorria sempre que havia períodos de seca prolongada, e de Nossa Senhora da Graça (Mós), que se achava repleta de *ex-votos* representando partes do corpo humano esculpidas em cera. Para além de Nossa Senhora, invocada sob múltiplos títulos, os de Foz Côa veneravam muitos santos, cujas imagens ornavam os altares das igrejas paroquiais, emprestavam o nome respectivo às capelas e ermidas e saíam à rua processionalmente nas frequentes festas e romarias.

Fontes e Bibliografia

Foi-nos essencial a consulta do *Dicionário Geographico* manuscrito organizado pelo Padre Luís Cardoso e guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Outras referências:

AZEVEDO, D. Joaquim de, *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*, Porto, 1877

SOUSA, Fernando de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Alto Douro — Introdução - Douro Superior*, Lisboa, 1988

Vila Nova de Fozco in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 35, Lisboa, pp. 647-660

Vila Nova de Fozco in *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatístico...* de Augusto Soares de Pinho LEAL, vol. XI, Lisboa, 1866, pp. 829-849.

O autor é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Coordenador da Linha de Investigação em História Moderna do GEHVID — Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).